

Comissão quer votação para emendas

BRASÍLIA — A inesperada decisão da Comissão de Redação, tomada ontem, de adotar textos novos para sanar as omissões da nova Constituição poderá provocar uma nova sessão de votação em plenário. O Presidente da Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães foi contra a idéia, defendida pelo co-Presidente da Comissão, Senador Jarbas Passarinho e pela maioria dos líderes partidários consultados. O Senador José Fogaça (PMDB-RS), relator adjunto, teme que uma nova votação abra um precedente perigoso: a criação do terceiro turno de votação.

Passarinho defendeu a tese de que qualquer matéria nova tem que passar pelo crivo do plenário. Ele disse que já tinha obtido o aval do Líder do PMDB na Constituinte, Nelson Jobim (PMDB-RS), para que fosse feita uma votação em bloco no dia 22, antes da votação da redação final. O Senador tinha uma posição irreversível antes do início dos trabalhos, contrária a qualquer alteração que

implicasse em mérito, mesmo nos casos de omissão. Mas acabou sendo voto vencido, já que a maioria dos membros preferiu evitar que o texto contivesse omissões graves. O Líder do PCB, Deputado Roberto Freire (PCB-PE), acha, por exemplo, que a votação em bloco poderá impedir uma discussão judicial no futuro.

Mas o Presidente da Constituinte é contrário à tese e não deverá admitir nenhuma mudança no Regimento Interno que propicie uma nova votação. A criação de um terceiro turno é desejada por muitos, inclusive pelo Líder do Governo, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), que por diversas vezes levantou esta questão de ordem em plenário.

No primeiro dia de trabalho, a Comissão identificou pelo menos um tema que deverá integrar este bloco de matérias novas: os bens do Distrito Federal, que ganhou autonomia idêntica à de um Estado, mas não lhe foi conferido patrimônio. Para suprir esta omissão — cujo texto ba-

Telefoto de Luiz Antônio



Ulysses cumprimenta Passarinho ao chegar para os trabalhos da Redação

se desapareceu na fase das Comissões Temáticas e acabou não sendo votado em plenário — a Comissão aprovou ontem a inclusão de um novo artigo. Foi rejeitado o texto sugerido pelo Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e elaborada a seguinte redação:

"Incluem-se entre os bens do Distrito Federal os que lhe forem atribuídos pela União, na forma da lei".

A partir deste princípio, o DF e a União terão que se entender para definir quais serão os bens da Capital do País.

A Comissão incluiu no inciso referente aos vencimentos do Presidente da República, Vice-Presidente e Ministros de Estado, uma remissão aos artigos 156 e 159, tornando obrigatório para estas autoridades o paga-

mento de imposto de renda. O texto aprovado no plenário poderia dar margem a uma análise errônea de que o Chefe do Executivo e seus auxiliares estavam isentos do recolhimento de impostos. Mesmo entendendo que era desnecessário incluir a obrigatoriedade — já que atualmente o Presidente, o Vice e os Ministros pagam impostos, mesmo sem determinação constitucional —, os integrantes da Comissão preferiram "não pecar por omissão".

O número mínimo de vereadores para municípios de mais de cinco milhões de habitantes também foi corrigido, passando de 33 para 42. Foi uma correção técnica, pois o texto dispunha que municípios com até um milhão de habitantes teriam de nove a 21 vereadores; os de mais de um milhão, de 33 a 41 e os de mais de cinco milhões, de 33 a 55. Ou seja, no último caso mantinha-se o mesmo número mínimo da faixa anterior, o que foi considerado incorreto.

Algumas questões foram disputa-

das no voto, como as mudanças referentes ao artigo que trata dos Cartórios de Ofício. Cabral trocou a palavra "serventia" por "serviços", o que, no entendimento de alguns, permitiria uma abertura para o critério de repasse por hereditariedade da concessão do Cartório, cujo acesso só se dará por concurso público, conforme definição do plenário. A matéria foi votada e rejeitada por 12 a sete votos, mantendo-se o texto original.

A Comissão rejeitou ainda a proposta do Deputado Ibsen Pinheiro, Líder do PMDB na Câmara, que queria dar às normas sobre o Ministério Público o status de Capítulo, ao invés de Seção. A matéria criou tanta polêmica que Ibsen retirou a questão da pauta, admitindo que o plenário poderia reagir quanto à mudança.

Hoje, a Comissão volta a se reunir às 9 horas e pretende concluir até a noite as modificações na redação final.

Shell culpa Carta e vende minas

A Billiton Metais, do Grupo Shell Brasil, começou a vender suas áreas com projetos de mineração, em virtude da decisão da Constituinte de nacionalizar o subsolo. A decisão foi anunciada ontem pelo seu Presidente em exercício, Omar Carneiro, ao informar que na semana passada foram iniciadas negociações com um grupo nacional para a venda da mina em Ibiajara, na Bahia. O Grupo Shell investiu nos últimos anos, em pesquisa mineral, cerca de US\$ 60 milhões em diversas áreas.

—Temos de definir prioridades e, com a decisão da Constituinte, não vamos aplicar dinheiro em áreas em que o investimento estrangeiro não é bem-vindo. Por isso, estamos vendendo as últimas áreas que tínhamos — disse Carneiro.

Apesar de não revelar qual a empresa interessada, declarou que a venda deverá alcançar US\$ 2,5 milhões, contra US\$ 4 milhões gastos pela companhia na mina.

De agora em diante, a Billiton só atuará nas áreas de beneficiamento e transformação de alumínio na fábrica da Alumar (em associação com a Alcoa) e na Valesul, que não foram atingidas pelas decisões da Constituinte. A extração da bauxita é feita

pela empresa nacional Mineração Rio do Norte.

Ele criticou a decisão da Constituinte pois, no seu entender, o País não deveria se fechar, proibindo os investimentos estrangeiros, que representavam mais de 50% do total aplicado em mineração. Informou que as multinacionais vão continuar a campanha de esclarecimento junto à Constituinte sobre suas atividades no País.

Para Omar Carneiro as empresas estrangeiras realizaram um trabalho "tímido" junto aos Constituintes e os investimentos de US\$ 2 milhões que pretendiam empregar na campanha foram mal interpretados. Segundo Carneiro, 25% das empresas da área industrial são multinacionais e não é justo que se restrinja seus investimentos.

No próximo ano, a Shell pretende investir cerca de US\$ 260 milhões, dos quais US\$ 140 milhões em derivados de petróleo e química e US\$ 120 milhões na terceira fase da Alumar. A expansão da produção da Alumar, em negociação com a Alcoa, das atuais 245 mil toneladas anuais para 380 mil toneladas, prevê investimentos da Billiton de US\$ 240 milhões, nos próximos dois anos.

Estudo conclui que nacionalismo entrava o Brasil

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

WASHINGTON — "O cenário está pronto, novamente, para que haja uma melhoria econômica no Brasil. Mas só os políticos decidirão se o show deve continuar" — conclui um estudo de 50 páginas sobre o Brasil, preparado pela Frost & Sullivan, Inc., conceituada firma de pesquisa de mercado internacional, sediada em Nova York. Segundo o documento, preparado pelo Setor de Riscos Políticos, o nacionalismo é o maior risco dos investidores estrangeiros interessados em aplicar no Brasil.

A perspectiva para os investimentos estrangeiros é complicada por tendências contraditórias: "O conflito entre os nacionalistas, de um lado, e aqueles que estão comprometidos com a liberalização e abertura da economia, de outro. O desenvolvimento da política industrial de Sarney vislumbra um papel mais amplo para as companhias estrangeiras, mas a Assembléia Constituinte erigiu barreiras e restrições significati-

vas na mineração e na exploração de petróleo, além das que já existiam na área da informática", apontam os coordenadores da análise, William Coplín e Michael O'Leary.

"O sentimento nacionalista tornou-se a força unificadora para uma diversidade de grupos de interesse, mesmo numa época em que o investimento estrangeiro é claramente necessário para revigorar uma economia cambaleante. A questão, agora, é saber se Sarney será capaz de implementar medidas mais duras de austeridade, normalizar as relações com a comunidade financeira internacional, reformar e liberalizar a economia" — diz a análise.

Sobre o quadro político, a pesquisa afirma que, "agora que obteve um mandato de cinco anos, o Presidente José Sarney deve pacificar a Oposição durante um período suficiente para impor um nível de austeridade que venha a reduzir a hiperinflação, melhorar a balança de pagamentos e encorajar o investimento".

Segundo os dois analistas, há, hoje, apenas 25 por cento de possibilidade de Sarney ser sucedido por um presidente de centro-direita; há 50

por cento de chances para um candidato de centro-esquerda: "As chances de alguém de centro-direita aumentariam apenas se o Brasil experimentar, até as eleições, uma performance econômica mais do que a que se espera atualmente".

A Frost & Sullivan ressalta que a possibilidade de os militares retomarem o poder é de 20 por cento — "pelo menos temporariamente" —, por três motivos: o primeiro seria a quebra da ordem pública; o segundo, uma deterioração substancial da economia; e o terceiro, a possibilidade de Brizola ganhar as eleições.

Prevê ainda que a inflação continuará nos níveis atuais por mais um ano, e que ela é devida — em primeiro lugar — à ineficiência do setor público. O crescimento do Produto Interno Bruto também deverá manter-se na faixa dos 3,5 por cento ao ano, em 1989. O informe está sendo distribuído a milhares de clientes da Frost & Sullivan, nos Estados Unidos, Europa, Japão, América Latina e Oriente Médio. A firma tem 250 profissionais da comunidade acadêmica, especialistas em negócios e em política.

OAB instala grupo para explicar a nova Carta

BRASÍLIA — O Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Márcio Thomaz Bastos, instalou ontem a Comissão Pós-Constitucional, criada para sugerir ao Congresso projetos de leis complementares, esclarecer dúvidas sobre as inovações na área jurídica e fixar diretrizes para suas novas funções, como indicação de nomes para os Tribunais de Justiça e promoção de ações de contra atos e omissões do Governo. Segundo a Liderança do PMDB, a Constituição deixou para regulamentação 154 dispositivos: 129 leis ordinárias e 25 leis complementares.

Márcio Bastos disse que o objetivo mais importante é "traduzir o texto para a realidade brasileira, colocando a Constituição no dia-a-dia do cidadão". Para isso, além de 12 membros fixos, ela contará com a consultoria de dez juristas: Dalmo Dallari, Evandro Lins e Silva, Herman Baeta, Luiz Pinto Ferreira, Jair Leonardo Lopes, Miguel Reale Júnior, Miguel Seabra Fagundes, Paulo Bonavides, Raimundo Faoro e Sérgio Ferraz.